Revista Espaço Acadêmico – Mensal – Nº 101 – Outubro de 2009 – ISSN 1519-6186
http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/index

Avaliação das Políticas Públicas

Fernando Castro Amoras* **& Laércio Gomes Rodrigues****

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar uma discussão sobre a avaliação das políticas públicas, expondo seus benefícios e agentes envolvidos no processo. Conclui que a avaliação é um instrumento que deve ser utilizado pelo poder público para medir a eficácia de suas ações, visando correções e seu aprimoramento para futuros projetos e programas governamentais.

Palavras-chaves: Estado. Programas Governamentais. Instituições Públicas.

Abstract: This article aims to present a discussion on the evaluation of public policies, outlining its benefits and agents involved in the process. Concluded that evaluation is a tool to be used by the public for measuring the effectiveness of their actions, seeking corrections and improvements for your future projects and government programs.

Keywords: State. Government programs. Public Institutions.

As instituições e órgãos públicos trabalham com questões complexas, que aumentam à medida que as estruturas sociais e econômicas modificam-se, aumentando também a preocupação da população com seus problemas. Os órgãos públicos realizam suas atividades com o objetivo de identificar e eliminar esses problemas. Contudo, algumas medidas adotadas não são plenamente eficazes para a solução desejada. Essas ações devem ser descartadas ou substituídas por novas estratégias destinadas a resolver os problemas. Assim, muitos programas são abandonados e surgem outros. Realizar esta escolha demanda a adoção de um procedimento decisório baseado na eficiência e eficácia dos programas (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p. 34).

A implementação de programas de ação pública leva a redefinição de soluções abordadas, por causa dos mecanismos utilizados, além de outras variáveis que devem ser observadas. Por exemplo, conforme Costa, Carneiro e Veiga (1997, p. 39) a "imprevisibilidade da relação entre produtos e resultados na área social pode levar a alterações na relação entre custos e resultados, obrigando a readequações nas metas ou mesmo na seleção de alternativas ou parceiros etc.".

Observa-se que um dos fatores que

desfavorece os programas de cunho social é a falta de informações mais precisas sobre seus resultados e impactos. Existem áreas, como a de finanças e a de infra-estrutura, que têm vantagem sobre a área social, possuindo mais argumentos para disputar recursos e entrar na agenda governamental. Para Fausto e Cervini (1996, p. 218), é preciso adequar e agilizar as estruturas de atuação governamental com o fim de seu aprimoramento. Para isso precisa-se de informações referentes à eficácia relativa de cada programa (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p. 34).

Para ajudar na tomada de decisão e possibilitar um controle acerca das ações voltadas para a população, é necessário realizar-se uma avaliação dos programas e projetos. Para Brasil (2004, p. 14), a avaliação possibilita: a) a mensuração da eficiência e da eficácia das ações; b) a transparência; c) o acompanhamento; d) a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos a fim de contribuir para a formulação das políticas públicas. Informa também que a avaliação pode promover novos patamares de desenvolvimento, "favorecendo a participação, o controle social e uma gestão otimizada da política". Mas, para obtenção de sucesso, será preciso pautar-se na criação de sistemas de informação e na integração das ações realizadas.

Avaliar é emitir um parecer a partir de informações prévias e processuais de determinado objeto de análise, referendando-se na perspectiva cultural do avaliador. Algumas avaliações são realizadas sobre considerações aleatórias, gerando ou não decisões sábias. Já outras seguem procedimentos sistemáticos, cujas possibilidades de acertos são maiores. As avaliações refletem formas de comportamentos humanos. Avaliar um projeto e divulgar os resultados é uma forma de se prestar contas à sociedade sobre os atos desenvolvidos, qual foi o motivo de sua criação, seu objetivo etc. Dessa forma, dá-se legitimidade ao seu desenvolvimento.

Explicando sobre a avaliação das políticas públicas, Faria (2005, p. 99-100) informa que a avaliação dos programas governamentais passou a ocorrer com freqüência a partir das décadas de 1980 e 1990, resultado das propostas de reforma neoliberal. Buscava-se verificar a melhoria da eficiência das ações implantadas e a capacidade de flexibilidade gerencial. Essas avaliações possibilitaram identificar pontos de legitimidade das organizações governamentais e avaliar suas continuidades. As avaliações garantem a credibilidade dos projetos bem sucedidos, os quais passam a ter sustentabilidade política, pois são fomentadas na transparência da gestão pública e na satisfação dos usuários.

Tenório e Rozenberg (1997, p. 24) distinguem a avaliação em dois tipos, a saber: avaliação do processo e avaliação do produto. O primeiro tipo caracteriza-se por focalizar sua análise na estrutura do programa e nos instrumentos que utiliza, oferecendo aos seus administradores um diagnóstico do que vai bem e do que precisa ser melhorado. Já a avaliação do produto volta-se para o julgamento dos resultados obtidos com o intuito de verificar se as metas estipuladas, quando da elaboração do programa, foram ou não atingidas. Desse modo, pode-se inferir que a avaliação do processo oferece subsídios para que se façam os ajustes necessários durante o desenvolvimento do programa, enquanto a avaliação do produto proporciona a tomada de decisões relativas à continuidade ou o

término das ações, pois centra-se nos resultados atingidos pelo programa, sem se preocupar tanto em saber como foi o seu processo de implantação e desenvolvimento.

Descobrir quais foram os pontos positivos e negativos que o programa atingiu e como modificou a realidade do público-alvo são itens que devem ser levados em conta no momento da avaliação. A avaliação do processo exige dos coordenadores dos projetos uma autocrítica coletiva sobre comportamentos e responsabilidades que devem ser assumidos por eles. Muitos dos dirigentes dos programas não estão preparados para lidar com essa realidade ou até mesmo não querem aderir a esse tipo de comportamento auto-avaliativo. Nos programas que aderiram aos métodos avaliativos processuais, pôde-se perceber, de acordo com Tenório e Rozenberg (1997, p. 25), que ocorreram mais freqüentemente parcerias entre poder público, entidades não-governamentais e o público-alvo.

Ao tratar sobre avaliação, Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004, p. 48) esclarecem que seus públicos e usos são diferenciados. O público-alvo de uma avaliação tanto pode ser constituído pela própria equipe do programa, tendo por finalidade fazer com que decisões acerca de seu processo de desenvolvimento sejam tomadas, como também pode possuir como foco consumidores potenciais, tais como fontes de financiamento, supervisores e autoridades. Esta avaliação dá suporte para que se decida pela ampliação, continuidade, ou até mesmo a descontinuidade de um programa.

Segundo Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004, p. 51-52), quando a avaliação é realizada por um agente interno, que se supõe conhecer melhor o programa, corre-se o risco de perder-se a objetividade das análises, devido a estar envolvido com o desenvolvimento do programa. No entanto, por ser da equipe do programa, o avaliador interno pode dispor de informações relevantes para o direcionamento das avaliações.

O avaliador que não possui laços de dependência com o financiador da avaliação, nem com quem deve prestar contas acerca das atividades do programa, tem seus estudos recebidos com maior credibilidade, pois possui maior liberdade para realizar seu trabalho e apresentar resultados conclusivos. Ainda de acordo com Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004, p. 52), os avaliadores externos aos programas podem conferir maior credibilidade às avaliações. Isso, claro, desde que esses profissionais sejam selecionados por seus conhecimentos especializados e não por outros motivos, como afinidades política e pessoal, por exemplo.

Ainda há uma carência de participação popular, devido a falta de comprometimento do poder público em criar mecanismos para que a população participe dos processos avaliativos. Mas não compete somente ao poder público modificar tal situação. É necessário que a própria população se interesse por esses programas e busque efetivar sua participação e a legitimação desta.

O trabalho dos avaliadores é importante porque identificar o que está e o que não está funcionando corretamente nos programas públicos não é tarefa fácil. Além do mais, as avaliações permitem encontrar boas e más qualidades nas atividades desenvolvidas e, a partir daí, auxiliar as correções que devam ser feitas para melhorar os atendimentos. Portanto, a avaliação deve ser vista como mais um instrumento a ser utilizado pelos gestores dos programas

na busca de solução para os problemas identificados, e não como único meio para isso.

Referências

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília: MDS-SNAS, 2004.

COSTA, B. L. D.; CARNEIRO, C. B. L.; VEIGA, L. da. Desafio e inovação em políticas públicas: programas para crianças e adolescentes em situação de risco. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania,** vol. 03, p. 02-48, 1997.

FARIA, C. A. P. de. A política de avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** vol. 20, nº 59, p. 97-109, 2005.

FAUSTO, A.; CERVINI, R. (org.s). **O trabalho e a rua:** crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

TENÓRIO, F. G.; ROZENBERG, J. E. Gestão pública e cidadania: metodologias participativas em ação. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, vol. 07, p. 02-35, 1997.

WORTHEN, B.; SANDERS, J.; FITZPATRICK, J. **Avaliação de programas:** concepções e práticas. São Paulo: Editora Gente, 2004.

* **FERNANDO CASTRO AMORAS** é graduado em Ciências Sociais e Mestrando em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá. Funcionário da Universidade Federal do Amapá, onde trabalha como Técnico em Assuntos Educacionais.
** **LAÉRCIO GOMES RODRIGUES** é Sociólogo da Prefeitura Municipal de Santana. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amapá, onde cursa especialização em Arranjos Produtivos Locais.